o referido lugar o candidato aprovado em 1.º lugar, Cândido José Gonçalves Ferreira Cruz. O nomeado deverá tomar posse no prazo de 20 dias contados da publicação do presente aviso no *Diário da República*. [Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

26 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Fernando João Couto e Cepa*.
1000304233

CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

Aviso

Para os devidos efeitos se faz público que, por meu despacho de 12 de Julho de 2006, precedendo concurso externo de ingresso, nomeei, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, António Pedro Simões Pimentel Salvado, para um lugar de tratador-apanhador de animais, do grupo de pessoal auxiliar, do quadro de pessoal desta autarquia.

O nomeado deverá tomar posse do lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*.

(Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

12 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Edmundo Freire Ribeiro*.
1000304236

Aviso

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º, alínea b), do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, faz-se público que, por meu despacho de 5 de Julho de 2006, procedi à contratação a termo resolutivo certo, de Nuno Miguel Ferreira Garcia Seixas, técnico superior (arquivo), nos termos do n.º 1, alínea i), do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, remunerado pelo índice 321 (1033,36 euros), pelo período de um ano, com início de funções a 17 de Julho de 2006.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

13 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Edmundo Freire Ribeiro*.
1000304235

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNDÃO

Aviso

Torna-se público que, por meu despacho datado de 13 de Julho do corrente ano, e nos termos do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, foi renovado o contrato a termo resolutivo certo celebrado com o assistente administrativo, Nuno Gabriel Moreira, pelo período de 12 meses, com início em 1 de Setembro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

17 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel Joaquim Barata Frexes*.
1000304258

Aviso

Torna-se público que por meu despacho datado de 11 de Julho do corrente ano, e nos termos do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, foi renovado o contrato a termo resolutivo certo celebrado com o vigilante de jardins e parques infantis, Ivan Paulo Duarte Rocha, pelo período de 12 meses, com início em 1 de Setembro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

17 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel Joaquim Barata Frexes*.
1000304259

Aviso

Torna-se público que, por meu despacho datado de 5 de Julho do corrente ano, e nos termos do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004,

de 22 de Junho, foi renovado o contrato a termo resolutivo certo celebrado com a auxiliar dos serviços gerais, Maria Otilia Gomes Proença Nunes, pelo período de 12 meses, com início em 9 de Agosto de 2006, (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

17 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel Joaquim Barata Frexes*.
1000304260

Aviso

Torna-se público que, por meu despacho datado de 6 de Julho do corrente ano, e nos termos do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, foi renovado o contrato a termo resolutivo certo celebrado com a auxiliar dos serviços gerais, Maria Gabriela Cunha Santos Agapito, pelo período de 12 meses, com início em 17 de Agosto de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

17 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel Joaquim Barata Frexes*.
1000304213

CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

Edital n.º 177

Carlos Vicente Morais Beato, presidente da Câmara Municipal de Grândola, faz público que, em execução da deliberação camarária de 8 de Junho de 2006, sancionada pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 23 de Junho de 2006, deliberou por maioria aprovar a alteração do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água do Concelho de Grândola, na área abrangida pelo Plano de Urbanização de Tróia.

Não tendo sofrido qualquer alteração o texto da proposta, que em anexo se transcreve integralmente, entrará em vigor 30 dias após a sua publicação no *Diário da República*.

Para constar se lavrou o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

4 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Carlos Beato*.

Alteração à Tabela de Taxas e Tarifas do Serviço de Abastecimento de Água

As tarifas por metro cúbico de água fornecida para cada escalão na área do Plano de Urbanização de Tróia (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2000 e publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 107, de 9 de Maio de 2000) são estabelecidas em permissão da RMMG (retribuição mínima mensal garantida) de acordo com o que a seguir se discrimina:

1 — Consumo doméstico:

- 1.º escalão — 0-5 m³ — 0,0006 × RMMG;
- 2.º escalão — 0-15 m³ — 0,0011 × RMMG;
- 3.º escalão — 0-25 m³ — 0,0028 × RMMG;
- 4.º escalão — 0-50 m³ — 0,0032 × RMMG;
- 5.º escalão — 0 a > 50 m³ — 0,0047 × RMMG.

2 — Consumo de pessoas colectivas de utilidade pública e autarquias:

Tarifa única por metro cúbico — 0,0006 × RMMG.

3 — Sector empresarial e de serviços do Estado:

Tarifa única por metro cúbico — 0,003 × RMMG.

4 — Quota de serviço:

4.1 — Contador simples:

Quota de serviço = $K_{Q1} (1,5 \Phi + 0,3 \Phi^2)$, sendo Φ o calibre do contador, expresso em milímetros (considerando-se como mínimo o calibre de 15 mm e sendo $K_{Q1} = 0,35$ por mil da RMMG.

4.2 — Contador conjugados:

Quota de serviço = $K_{Q2} (35 \Phi + 1,1 \Phi^2)$, sendo $K_{Q2} = 0,05$ por mil da RMMG e Φ o maior calibre do contador expresso em milímetros.

4.3 — Outros serviços:

- (a) Tarifa de ensaio da rede de distribuição — 10 % da RMMG;
 (b) Tarifa de vistoria da rede da distribuição interior — 10 % da RMMG;
 (c) Taxa de colocação de contador — 1,5 % da RMMG;
 (d) Taxa de transferência do titular do contrato — 1,0 % da RMMG;
 (e) Taxa de activação do serviço — 15 % da RMMG;
 (f) Taxa de aferição extraordinária — 10 % da RMMG;
 (g) Tarifa de ligação da rede de distribuição interior à rede geral:

A tarifa de ligação, T, é definida pela seguinte fórmula:

$$T = CF + CV$$

(i) Componente fixa: $CF = 9/1000 \times RMMG \times (C + 8,3)$, em que C corresponde ao calibre do ramal.

(ii) Componente variável: $CV = W \times RMMG \times L$, em que W é uma constante que se define em função do calibre do ramal e L corresponde ao comprimento para L um valor mínimo de 2 m.

Calibre do ramal: C (milímetros)	Constante: W (percentagem)
18,75	4,3
25,00	6,0
37,50	6,5
50,00	6,8
75,00	7,3

1000303399

Aviso n.º 184**Acordo de cessação de contrato de trabalho**

Para os devidos e legais efeitos e nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, de acordo com os artigos 393.º e 394.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, foi celebrado um acordo de cessação de contrato de trabalho entre a Câmara Municipal de Grândola e Rui Manuel Mestre Mateus, com efeitos a partir de 2 de Julho de 2006.

20 de Julho de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Aníbal Cordeiro*.

1000304225

Aviso n.º 185**Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de leitor-cobrador de consumos**

Para os devidos efeitos se torna público que, pelo meu despacho de 20 de Julho de 2006 e nos termos do disposto nos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local por força do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de leitor-cobrador de consumos, da carreira de leitor-cobrador de consumos, pertencente ao quadro do pessoal próprio desta autarquia, e ao serviço da Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente, remunerado pelo índice 175 da escala indiciária para as carreiras de regime geral da função pública, actualmente no valor de 563,36 euros.

O concurso rege-se-á, nomeadamente, pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, Decreto-Lei n.º 247/87, de 17 de Junho, Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e em conformidade com o disposto no seu artigo 27.º se faz constar:

1 — O concurso é de provimento, válido para a vaga posta a concurso, caducando com o seu preenchimento.

2 — Podem concorrer os indivíduos que reúnam os seguintes requisitos:

2.1 — Gerais — os constantes no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98.

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

- b) Ter 18 anos completos;
 c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
 d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
 e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
 f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

2.2 — Especiais — podem ser opositores a concurso indivíduos possuidores da escolaridade obrigatória.

2.3 — De acordo com o Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, poderão ser opositores ao concurso acima referenciado pessoas com deficiência, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60 % possuidores dos requisitos referenciados no ponto 2.1 e 2.2, os quais, em caso de igualdade de classificação, têm preferência, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

3 — Os métodos de selecção dos concorrentes, bem como a natureza, forma e duração das provas são: prova teórica de conhecimentos gerais, com a duração de uma hora e trinta minutos (com carácter eliminatório), avaliação curricular (com carácter eliminatório) e entrevista profissional de selecção.

A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto com base na análise do respectivo currículo profissional e nela irão ser ponderados as habilitações académicas de base, a experiência profissional e formação profissional.

A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos e nela irão ser ponderados a qualidade da experiência profissional anterior, motivação/interesse e sentido crítico.

3.1 — Sistema de classificação final — o ordenamento final dos concorrentes, pela aplicação dos métodos de selecção mencionados no ponto 3, será expresso de 0 a 20 valores.

Na classificação final adoptar-se-á a escala de 0 a 20 valores, considerando-se excluídos os candidatos que, nas fases ou métodos de selecção eliminatórios ou na classificação final, obtenham classificação inferior a 10 valores, considerando-se como tal, por arredondamento, as classificações inferiores a 9,5 valores e será obtida através da seguinte fórmula:

$$CF = \frac{PCG + AC + EPS}{3}$$

sendo:

- CF = classificação final;
 PCG = prova de conhecimentos gerais;
 AC = avaliação curricular;
 EPS = entrevista profissional de selecção.

4 — Programa das provas:

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local;

- Regime das Faltas Férias e Licenças;
 Código do Procedimento Administrativo.

No âmbito da realização das provas de conhecimentos os candidatos poderão consultar a legislação constante dos respectivos programas.

5 — Legislação a consultar:

- Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;
 Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, e Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio;
 Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

6 — Constituição do júri do concurso:

- Efectivos:
 Presidente — Paulo Alexandre Mateus do Carmo, vereador.
 Vogais:
 José Luís Carneiro Cirilo, técnico superior assessor principal — psicólogo.
 Edite Maria Santiago de Jesus Albino, chefe de secção.